



ARTIGO

A EQUALIZAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CAPITALISMO

*Maria José de Rezende**

Resumo: No século XX, o processo de invenção e reinvenção da política produziu uma ampla discussão sobre a democracia. Este debate, por sua vez, dividiu-se em inúmeros desdobramentos explicativos na teoria contemporânea. Neste artigo serão abordados alguns aspectos da análise acerca da questão da equalização entre capitalismo e democracia, tendo em vista que ela norteou uma parte significativa das reflexões sobre o devir democrático.

Palavras-chave: Democracia - capitalismo - instituições políticas - elitismo - representação - participação - pluralismo.

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS PARA DISTINGUIR A EQUALIZAÇÃO E A NÃO-EQUALIZAÇÃO ENTRE CAPITALISMO E DEMOCRACIA

O debate sobre a democracia, neste século, trouxe à tona o problema da equalização e da não-equalização entre capitalismo e democracia. Uma vasta literatura, comumente conhecida como representante das teorias pluralistas e elitistas, que se desenvolveu desde o início do século, tem confirmado uma automaticidade entre democracia e capitalismo.

A indissociabilidade entre capitalismo e democracia foi pensada também por algumas vertentes teóricas da esquerda, das quais a leninista é a expressão mais acabada de tal concepção.

* Doutora em Sociologia pela USP e professora da Universidade Estadual de Londrina.



Aqueles que seguiram à risca os escritos, por exemplo, de Lênin, como *O Estado e a revolução* e *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, sempre insistiram na equalização entre capitalismo e democracia.

A não-equalização entre democracia e capitalismo foi assinalada pela social-democracia no início deste século. As obras de Kautsky (1977 e 1979), Bernstein (1964), Bauer, Adler (1945 e 1970) e também de outros que se encontravam fora da social-democracia, como Rosa de Luxemburgo (1967) e Gramsci, demonstravam essa preocupação. A social-democracia de inspiração marxista (Kautsky, Bernstein, Adler, Bauer, dentre outros), que apontava insistentemente para a não-equalização entre capitalismo e democracia¹, pensava a teoria democrática como forma de reformar o Estado, ou seja, em vez de apontar a necessidade de destruir o Estado, propunha uma teoria de transformação do Estado a partir do momento em que a classe operária penetrasse na política.

A social-democracia, na primeira metade do século XX, defendia a necessidade de organização do proletariado nas condições específicas de alguns países onde este já possuía alguns direitos políticos². A democracia aparece, então, como um dos pré-requisitos para a transformação da sociedade. Kautsky (1979) afirma ser fundamental uma “taxa de democracia capaz de permitir ao proletariado a organização e o amadurecimento” (GELTZLER, 1985: 58). Ele observa que a democracia convida os cidadãos a pensar e a discutir os problemas do Estado, e isto acaba por se converter numa prática cotidiana de auto-administração. Nesse sentido, argumenta que um regime democrático só usa a força para defender a democracia e não para aniquilá-la³.

Bernstein (1964) também ratificava a não-equalização entre capitalismo e democracia. Seus pressupostos assentavam-se no fato de que as instituições democráticas se fortaleceram a partir de conquistas básicas dos movimentos trabalhistas; sob a pressão dos trabalhadores teriam ocorrido as limitações do poder e as mudanças feitas de forma constitucional. As transformações seriam, segundo Bernstein, progressivas, ou seja, haveria uma evolução do sistema

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

¹ Sobre esta questão ver, principalmente: COLE, 1959.

² Sobre a social-democracia, no início do século, ver: WANDENBERG, 1982.

³ As posições de Kautsky sobre o papel da democracia no processo de transformação social estão em: KAUTSKY, 1979: 15ss. Para as críticas de Lênin e Trotsky às posições de Kautsky, ver: LÊNIN, 1979 e TROTSKY, 1977.



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

estatal objetivando alcançar um sistema democrático parlamentar. Uma forte posição no parlamento possibilitaria uma luta incessante por reformas econômicas e políticas que caminhariam na direção da transformação social. Para o autor, “a idéia de democracia inclui, na acepção moderna, uma noção de justiça e igualdade de direitos para todos os membros da comunidade (...) neste princípio, o governo da maioria (...) acha seus limites” (BERNSTEIN, 1964). Ao falar de democracia moderna, Bernstein está se referindo à justiça e à igualdade de direitos, elementos que não só remetem à democracia representativa, mas vão além desta.

A necessidade de distinguir capitalismo e democracia evidenciou-se, também, nas discussões de Gramsci (1971 e 1985), Rosa de Luxemburgo (1967, 1978a e b), Bauer (GELTZLER, 1985: 25-74; BOURDET, 1973), Adler, dentre outros. Dentre os pensadores que contribuíram mais significativamente para o embasamento de tal distinção deve-se destacar Adler, tendo em vista a concisão de suas posições sobre a teoria política dos conselhos, que o conduziu a uma reflexão significativa a respeito da democracia. Ele insistia em que a democracia burguesa não atingiria a emancipação social e, portanto, era preciso dar um passo além para se chegar à democracia real (ADLER, 1970 e 1945).

Adler destacou-se pelo empenho em identificar as especificidades e ambigüidades do conceito de democracia quando esta é separada da sociedade burguesa. A democracia não significava, para Adler, apenas igualdade de direitos, mas principalmente poder do povo. Em *Democrazia politica e democrazia sociale*, de 1926, afirmava que a “democracia não significa em absoluto a liberdade e a igualdade do indivíduo isolado, democracia significa socialização solidária, (...) participação geral na ordem e no destino da coletividade” (ADLER, 1945: 45).

A forma específica que assumiu a posição de não-equalização entre o capitalismo e a democracia teve destaque na década de 30. Diante da situação de crise, tanto do capitalismo quanto da democracia, desenvolveu-se um debate sobre a possibilidade de preservar uma relação harmoniosa entre capitalismo



organizado, formas políticas democráticas e avanço em direção à transformação social. As transformações do Estado levavam a uma ampla reflexão sobre as possibilidades de incorporar novas instituições, o que pode ser considerado uma tentativa de redefinição dos corpos intermediários no Estado como resposta às condições históricas vigentes, que exigiam formas de mediação entre política econômica e compromisso institucional.

Os textos *Política e complexidade: o Estado tarδο-capitalista como categoria e como problema teórico*, de Giacomo Marramao, e *Teoria e política da planificação no socialismo europeu entre Hilferding e Keynes*, de Mário Telo, ambos publicados em *História do marxismo*, coletânea organizada por Hobsbawm, mostram como os anos da grande crise do capitalismo, na década de 30, geraram um amplo debate sobre planificação, organização corporativa, mediação entre intervenção estatal na economia e governo das massas, direito de gestão e compromisso institucional. Naquele momento, assistia-se a uma luta intermitente com interrogações acerca da possibilidade de organização das massas para exigir o fortalecimento da democracia numa época de crise, com graves conseqüências sociais.

As modificações gestadas nas sociedades socialistas e capitalistas após a década de 50 trouxeram novos elementos para as reflexões acerca da não-equalização entre capitalismo e democracia. A problemática básica era a necessidade de ampliação do processo democrático, que garantiria maior acesso dos trabalhadores à gestão do poder. O debate em torno da democracia tornou-se o centro de diversas propostas de transformação social. Togliatti, por exemplo, em *Socialismo e democracia*, destacava que as reformas eram fundamentais para se alcançar as modificações na estrutura capitalista, na medida em que, nas sociedades desenvolvidas, as classes trabalhadoras, em função do fortalecimento das instituições democráticas, são capazes de pressionar por reformas cada vez mais profundas.

A crise do capitalismo do início da década de 70 foi também um componente importante dos debates sobre a via democrática de

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

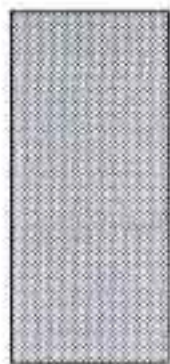
⁴ Há inúmeras discussões sobre esta questão: RADICE, L. L., 1982; BOFFA, et al., 1979; INGRAO, 1977a e b; HOBBSAWM, 1977; RADICE, G., 1967.

transformação da sociedade⁴. O movimento socialista, ao fazer uma reflexão sobre a crise, estava constantemente lidando com questões que remetiam à problemática da transformação, das reformas, das instituições democráticas etc. Em um “simpósio do Instituto Gramsci, realizado em 1965, foram abordados os aspectos europeus das novas tendências do capitalismo e as exigências de vinculação internacional da luta pelas reformas e pelo socialismo” (ZANGHERI, 1989: 231). As reformas estruturais eram vistas como instrumentos essenciais de mudanças na sociedade capitalista porque possibilitariam um alargamento do espaço público e as decisões, tanto no campo econômico quanto no político, passariam a ser controladas pela coletividade.

Há diversas interpretações sobre a possibilidade, nas condições atuais, de universalização democrática da vida social nos países capitalistas desenvolvidos. Os escritos de Habermas e Offe (1984) são exemplos dessa discussão. O artigo “O surgimento do antivalor”, de Francisco de Oliveira, insere-se neste debate, numa interpretação distinta dos autores supracitados.

Habermas tem uma posição que pode ser resumida da seguinte forma: na “sociedade capitalista desenvolvida os poderes estabelecidos dependem cada vez menos do trabalho e da disposição de cooperação dos empobrecidos e privados de direitos para sua própria reprodução”. Desta forma, torna-se absolutamente “difícil a tarefa de viabilizar a universalização democrática das posições de interesses” (HABERMAS, 1987).

Oliveira (1988), analisando a crise do capitalismo contemporâneo a partir da mercadoria força de trabalho, afirma que houve uma publicização da luta de classe, o que não significa o desaparecimento do sujeito histórico, mas uma redefinição do mesmo. O sujeito coletivo passa a ser o sujeito da transformação. Na medida em que o sistema capitalista não consegue mais se financiar com o próprio lucro, assiste-se a um constante avanço sobre a riqueza pública e este processo depende da correlação das forças sociais. A ampliação da esfera pública exige uma ampliação da democracia. “Esta esfera pública é, nos países capitalistas, sinônimo da demo-



cracia, simultânea ou concomitante, e ao longo do tempo os avanços sociais que mapeavam o acesso e a utilização do fundo público entraram num processo de interação com a consolidação de instituições políticas democráticas. Para todos os efeitos, pode-se considerar a construção da esfera pública e a democracia representativa como irmãos siameses” (OLIVEIRA, 1988: 21).

O alargamento da esfera pública é a ampliação da democracia representativa, ao mesmo tempo que o avanço desta última abre o espaço institucional que possibilita cada vez mais uma publicização das relações sociais. Este processo provavelmente levará ao controle coletivo da utilização do fundo público, que, por sua vez, modificará o Estado e toda a forma de produção. A análise, posta nestes termos, reafirma a importância da democracia na luta pelo socialismo. Tomando a política como um dado estrutural, a indissociabilidade entre socialismo e democracia tem no movimento dos trabalhadores o seu fundamento.

Embora não seja possível dar conta, no âmbito deste artigo, das diversas proposições teóricas acerca da não-equalização entre capitalismo e democracia que se desenvolveram nas últimas décadas, apontam-se aqui alguns elementos que elucidam, rapidamente, os caminhos que foram tomados por estas discussões. No entanto, os seus diferentes rumos certamente mereceriam um outro artigo.

A EQUALIZAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CAPITALISMO: ASPECTOS BÁSICOS DE UM DEBATE

Após a I Guerra Mundial, assistiu-se a uma mudança significativa da estrutura econômica e política. A democracia liberal entrou numa crise que se agravaria nos anos 30, quando sobreveio a grande crise do capitalismo. O processo de mudança social levaria pensadores de diversas matizes teóricas a formular diversas indagações sobre a democracia ante as novas condições que iam se estabelecendo.

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

⁵ Para Duverger, a mudança de estrutura da sociedade após a II Guerra impõe a necessidade de que as sociedades fossem dirigidas por organizações; surge, então, a tecnodemocracia que se caracteriza por partidos de massas, grandes sindicatos, empresas gigantes etc. A tecnodemocracia é, observa o autor, mais anestésica que opressiva (DUVERGER, 1975, 241ss.).

Maurice Duverger (1975), em *As modernas tecno-democracias*⁵, demonstrou como ruiu a aparente unidade da democracia liberal e cresceram as contradições no seu interior. A crise das instituições políticas liberais no período de 1918 a 1940 levou à criação de mecanismos que aproximaram as democracias das ditaduras. A democracia se tornou, afirma ele, o bode expiatório de um capitalismo que queria se inocentar.

Para Arblaster, ocorreu no século XX uma sofisticação na forma de rejeitar a democracia. As tentativas de limitar o papel das massas no sistema político levaram à definição de significados bastante específicos para a democracia. Pareto, Mosca e Michels são exemplos da discussão acerca da impossibilidade da democracia como governo do povo: “A principal base teórica destas tentativas para limitar o papel ‘das massas’ dentro do sistema político era a revisão da teoria democrática tradicional de modo a incorporar nela algumas conclusões da moderna sociologia política, e alguns argumentos dos clássicos teóricos elitistas, Pareto, Mosca e Michels. O centro da teoria elitista é a afirmação de que a democracia, no estrito sentido tradicional de governo do povo, é impossível: todos os governos são governos das elites ou pelo menos de uma entre as várias elites em competição” (ARBLASTER, 1988: 84).

Os pressupostos da discussão de Mosca sobre a democracia estão fincados nas suas teorizações acerca da elite e de seu poder de organização, que possibilita a sua permanência no governo. A própria sociedade exigia, para Mosca, uma elite política com forte poder de organização. Os traços básicos da análise de Mosca, no que diz respeito à problemática da democracia, estão centrados na questão minoria/maioria. Para ele, a minoria e/ou elite é capaz de um alto nível de organização, o que não ocorre com a maioria. Portanto, a elite é capaz de “políticas e ações mais ou menos contínuas e coordenadas” (MILLS, 1980: 219).

Assim, a democracia aparece em Mosca como um processo de luta e/ou competição entre as elites tanto para chegar ao poder quanto para governar. O poder de organização seria, então, o fator básico da definição daqueles que estão no governo e da possibilida-



de de nele se manterem. Não é possível, no entanto, afirmar que Mosca concebia, sempre, o governo da minoria e/ou elite como democrático. Em *Elementi di scienza politica* (MOSCA, 1939), ele afirmava que a minoria tanto podia governar de forma legal como de forma arbitrária.

Segundo Norberto Bobbio, não apenas Mosca, mas toda a teoria elitista deixava evidente uma “incredulidade quase total em relação aos benefícios da democracia” (BOBBIO et al., 1991: 387). No entanto, ao fazer uma distinção entre elites aristocrático-autocráticas e elites democrático-liberais, Mosca afirmava que havia possibilidade de que um governo de elite fosse legal, ou seja, um governo de elite não excluiria necessariamente a democracia política.

Um dos aspectos básicos da discussão de Mosca, no começo do século, era sua crítica ao denominado igualitarismo democrático. Ao analisar o significado da democracia social, que teria sua origem em Rousseau, preocupava-se em demarcar as possibilidades e impossibilidades da igualdade, pois esta última estaria, de fato, contra as condições reais. A força e capacidade de organização de uma minoria é que garantiria sempre sua presença no poder, ou seja, haveria, em qualquer época, uma elite dirigente, e as massas, que eram enaltecidas naquele momento, seriam no século XX, para Mosca e Pareto, os novos bárbaros e/ou a massa de manobra de elites políticas.

Dessa forma, como afirma Carole Pateman, “no início do século, a dimensão e a complexidade das sociedades industrializadas e o surgimento de formas burocráticas de organização, para muitos teóricos políticos de orientação empiricista, pareciam levantar sérias dúvidas sobre a possibilidade de se colocar em prática o conceito de democracia do modo como ele era geralmente compreendido. Mosca e Michels foram dois dos teóricos mais conhecidos e influentes a defender semelhante tese” (PATEMAN, 1992: 10).

Os teóricos elitistas punham em questão a perspectiva de que a participação seria o fundamento da democracia. Para eles, a “visão ‘clássica’ do homem democrático constitui uma ilusão sem

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

⁶ Harold Lasswell pode, talvez, ser considerado um dos mais importantes teóricos dentro desta perspectiva (cf. LASSWELL e LERNER, 1965).

fundamento e um aumento da participação política [dos não-participantes] poderia abalar a estabilidade do sistema democrático” (PATEMAN, 1992: 11). A singularidade da concepção elitista clássica (Mosca, Michels e Pareto) está no fato de ter plantado a semente de uma certa conciliação entre a existência das elites e o funcionamento de um sistema democrático. Esta perspectiva foi abraçada por inúmeros teóricos americanos, principalmente, no transcorrer do século XX⁶.

Mediante a teoria das elites governantes, Pareto desenvolveu uma discussão sobre os regimes por ele denominados pluto-democráticos, aqueles que possuem uma elite governante suficientemente astuciosa e sutil, que se mantém no poder pela propaganda para convencer o povo de que seu poder é legítimo. Evidencia-se em suas obras (PARETO, 1988) a idéia de que a democracia, enquanto governo das maiorias, é absolutamente impossível. A luta das minorias é destacada por ele como um dos principais fenômenos tanto históricos quanto políticos. “O *Traité de sociologie générale*”, e de modo mais amplo toda a obra sociológica de Pareto, leva portanto a um diagnóstico das sociedades democráticas (que ele chama de pluto-democráticas), lembrando que sua característica é a ligação entre a classe política, ou elite, no sentido estrito do termo, e os quadros dirigentes da indústria e das finanças. De acordo com Pareto, os regimes pluto-democráticos são governados por elites que empregam a astúcia de preferência à força” (ARON, 1988: 435).

Em essência, Pareto fez grandes críticas aos regimes democráticos. Para ele, a democracia era sinônimo de oligarquia pluto-democrática (PARETO, 1920). E mesmo as vantagens deste regime que ele destaca vão sempre na direção de marcar que a democracia é um regime político controlado pelas elites oligárquico-democráticas.

Michels é considerado, juntamente com Mosca e Pareto, um teórico do chamado elitismo clássico que se desenvolveu no início do século XX. Também ele apontava a impossibilidade da democracia enquanto governo não-oligárquico. Assim, a democracia seria um governo das elites e haveria sempre a concentração de



poder nas mãos de um grupo. Em seu estudo sobre os partidos de massa (*La sociologia del partito politico nella democrazia moderna*), observava que este tipo de organização confirmava existir sempre uma oligarquia que controla o poder. A “lei férrea da oligarquia” foi extraída por Michels de sua teorização acerca da organização do grupo de poder no sentido de manutenção e reprodução de uma forma de mando oligárquica. Se a organização era indispensável, segundo Michels, a democracia só seria possível enquanto oligárquica.

A equalização entre democracia e capitalismo foi potencializada pelas perspectivas elitistas do início do século. A negação de qualquer possibilidade de expandir a participação dos atores sociais na política levou a argumentações explícitas ou implícitas de que a democracia não somente é indissociável do capitalismo como faz parte do seu processo de organização. O elitismo clássico forneceu todos os elementos para o desenvolvimento posterior de uma minimização do papel dos diversos agentes sociais no sistema político democrático.

Na teoria contemporânea, a democracia ganhou feição singular em Schumpeter, Lipset, Dahl, Sartori, Eckstein e Berelson, dentre outros⁷, mas a teoria contemporânea da democracia tem seus pés fincados na discussão desenvolvida por Schumpeter em *Capitalismo, socialismo e democracia* (SCHUMPETER, 1984). Sem nenhuma dúvida, este foi um dos mais influentes trabalhos no âmbito do denominado elitismo democrático. A questão em causa era tornar a democracia despida de aspirações participativas populares.

O método democrático de Schumpeter é pautado pela organização institucional como forma de se chegar a decisões políticas, ganhando papéis fundamentais, nesse processo, as eleições e o voto. “Antes de mais nada, segundo a visão que adotamos, democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governe, em qualquer sentido mais óbvio dos termos ‘povo’ e ‘governe’. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo. Mas como o povo pode decidir isso de maneira inteiramente não-

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

⁷ Carole Pateman (1992) faz uma divisão das teorias da democracia no século XX em dois blocos distintos: a teoria contemporânea da democracia e a teoria participativa da democracia. No primeiro bloco estariam Mosca, Pareto, Michels, Schumpeter, Lipset, Dahl, Berelson, Almond, Verba, Sartori, Eckstein e inúmeros outros, e no segundo, Cole, Pateman, Blumberg, Guest, Stephens, dentre outros.



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

democrática, temos de aceitar estreitar nossa definição, acrescentando mais um critério que defina o método democrático, ou seja, a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado” (SCHUMPETER, 1984: 355).

Schumpeter preocupa-se com as condições necessárias ao êxito do método democrático, tais como a alta qualidade (capacidade e caráter) dos que dirigentes das máquinas partidárias, o alcance efetivo da decisão política (que não deve se estender muito), a existência de uma burocracia bem-treinada e a aceitação pelos grupos importantes das medidas legislativas, dentre outras. O método democrático, enquanto um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas mediante a luta pelo voto do povo, não implica, afirma Schumpeter, que este último deva esperar que possa interferir na ação política daquele que elegeu. A ênfase de Schumpeter recai, desta forma, no papel que a liderança desempenha no método democrático. Para ele, a teoria clássica dava ao eleitorado um papel irreal de iniciativa “que praticamente significava ignorar a liderança. Mas os coletivos agem quase que exclusivamente através da aceitação da liderança — esse é o mecanismo dominante em praticamente qualquer ação coletiva que seja mais que um reflexo” (SCHUMPETER, 1984: 337).

Para o autor, a competição pela liderança na política tem semelhanças com o processo de competição pela liderança desencadeado na esfera econômica. A concorrência em ambas as esferas não é, de forma alguma, perfeita. Dada a dificuldade de desembaralhar essas imperfeições, Schumpeter argumenta sobre a necessidade de restringir “o tipo de competição pela liderança que deverá definir a democracia à livre competição pelo voto livre. A justificativa para isso é o fato de a democracia parecer implicar um método reconhecido pelo qual se pode conduzir a luta competitiva, e de o método democrático eleitoral ser praticamente o único disponível a comunidades de qualquer tamanho” (SCHUMPETER, 1984: 338).

Um elemento de suma importância na teoria democrática de Schumpeter diz respeito à relação entre democracia e liberdade individual. Para ele, não existe liberdade absoluta, ou seja, em todas



as sociedades há restrições e limites para a liberdade: “Vimos que o método democrático não garante, necessariamente, uma liberdade individual maior que a permitida por qualquer outro método político em circunstâncias similares” (SCHUMPETER, 1984: 339). Há uma relação pouco precisa entre democracia e liberdade individual em Schumpeter. A segunda é considerada em termos de acesso para competir pela liderança política. Ele afirma que a liberdade de todos concorrerem para chegar a esta última equivale a dizer que qualquer pessoa é livre para instalar uma fábrica têxtil. Argumenta, porém, que a dificuldade visível entre democracia e liberdade individual não é uma falha teórica sua, mas da própria relação imprecisa entre ambas, e que muitas tentativas de forçar a aproximação entre as mesmas teriam redundado em falsificações.

Outro elemento básico do método democrático de Schumpeter é a necessidade de distinguir vontade do povo e vontade da maioria. Ou seja, esta última não pode ser igualada à primeira em nenhum sentido. Schumpeter, entretanto, afirma que “quem quer que aceite a doutrina clássica da democracia e, em consequência, que o método democrático deva garantir que as questões sejam decididas e as políticas sejam estruturadas de acordo com a vontade do povo, deve aceitar também o fato de que, mesmo que tal vontade seja inegavelmente real e definida, a decisão por majorias simples irá, em muitos casos, distorcê-la, em lugar de efetivá-la” (SCHUMPETER, 1984: 340).

Nessas condições, ele reafirmava a não-necessidade do sufrágio universal. O método democrático estaria pautado pela existência de um certo número de cidadãos para assegurar o funcionamento da máquina eleitoral e, por conseguinte, dos arranjos institucionais. “O princípio da democracia significa, então, meramente que as rédeas do governo devem ser dadas àqueles que têm mais apoio do que quaisquer dos indivíduos ou grupos em competição. E isso, por sua vez, parece garantir a permanência do sistema da maioria dentro da lógica do método democrático, embora ainda possamos condená-lo em bases que se situam fora dessa lógica” (SCHUMPETER, 1984: 340).

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

⁸ “Mas os que consideram o voto e o atual sistema de sufrágio como arma fundamental de controle democrático, perdem de vista o fato de que o processo democrático está viciado, em muitos aspectos, pelo controle da opinião, pelos partidos organizados e os grupos de pressão. Além disso, não percebem que repartir o controle é essencial, não somente à esfera eleitoral, como também em todas as funções e em todas as seções da comunidade; mas ainda não conseguimos descobrir métodos para distribuir os controles, adequados às exigências de uma grande sociedade” (MANNHEIM, 1972: 34).

Como já foi dito, a teoria elitista da democracia de Schumpeter exerceu grande influência nas teorizações elaboradas na segunda metade do século. No entanto, há uma discordância quase que total da argumentação de Schumpeter a respeito da não-relação entre o método e o caráter democrático das funções do Estado: “A democracia não exige que qualquer função do Estado esteja sujeita a seu método político” (SCHUMPETER, 1984: 364).

Tomando como ponto de partida a análise de Schumpeter, floresceu uma vasta reflexão sobre o voto como um modo de manter ativa e estável a forma democrática, com diversas análises do valor do voto, do ato de votar etc.⁸ Downs (1957) e Riker (1962) são exemplos desta discussão. O primeiro pode ser tomado como exemplo de uma postura teórica que ganhou fôlego no que tange à problemática dos efeitos da decisão de votar ou não votar para a forma de regime democrático.

Segundo Barry, Downs constrói uma teoria da política na qual há dois tipos de atores: os partidos e os votantes. Aquele estariam preocupados, nos moldes da concorrência empresarial, em ocupar cargos, enquanto estes correspondem aos consumidores, aos quais se faz necessário indagar por que utilizam seu direito ao voto. A resposta a esta questão estaria, para Downs, ligada à relação entre o valor do voto e o valor do efeito dos atos de votar e de não votar (BARRY, 1970: 22). Em termos gerais, pode-se afirmar que a explicação de Downs recai sobre as recompensas que os indivíduos teriam ao votar, ou seja, sua discussão estaria centrada nos efeitos psicológicos do ato de votar e não na expectativa dos votantes de que estariam mudando o estado de coisas.

Riker e Ordeshook (1968) afirmam que Downs atribui parte considerável da política ao misterioso e inexplicável mundo do irracional. Na tentativa de criticar a teoria de Downs, Riker destaca que os custos para o indivíduo são muito menores se ele vota, pois assim estará confirmando sua lealdade ao sistema político democrático, à ética do voto, à preferência partidária e, principalmente, explicitando sua capacidade pessoal de intervir no sistema político. Riker, porém, não se distancia de Downs como



pretende. Sua análise também enfatiza critérios como recompensa, conduta, custo, expectativa etc. Ao afirmar que os indivíduos votam porque isto lhes proporciona satisfação e esta não deriva da esperança de alterar ou não o resultado das eleições, demonstra enorme aproximação a Downs (BARRY, 1970: 24).

A explicação de Riker e Downs sobre a motivação para votar está centrada na busca de fatores e nas suas combinações baseadas em critérios matemáticos, mas não é possível, no âmbito deste artigo, esmiuçar todos os elementos que compõem as suas análises. Trata-se aqui de apontar alguns deles com o objetivo de identificar a teoria da democracia que emerge desse modelo explicativo.

Downs parte do pressuposto de que numa democracia os cidadãos sentem-se impelidos a votar, pois têm claro que a manutenção deste sistema os beneficia muito mais que a sua substituição (DOWNS, 1957: 266ss.). Mesmo que, a curto prazo, o ato de votar pareça não ter grandes atrativos, parte significativa dos cidadãos acha-se compelida ao voto, uma vez que está consciente do custo de não votar, a longo prazo. A perpetuação do sistema democrático seria, então, a razão primordial, segundo Downs, para o fato de os indivíduos votarem. Ou seja, eles votam não apenas porque desejam mudar o resultado das eleições e/ou porque acreditam em alterações do próprio sistema, mas em razão da recompensa de continuar vivendo numa democracia.

Como já assinalado, a análise de Downs e Riker é feita em termos de uma combinação de fatores com base em critérios matemáticos. Eles procuram calcular a importância de cada indivíduo para a democracia, a probabilidade de sua ação para a manutenção e/ou perpetuação do sistema democrático, os custos para o indivíduo e para a democracia quanto ao ato de votar ou não votar etc. (BARRY, 1970: 22-23).

Sob a perspectiva denominada por Barry de participação política como ação racional, pode-se também citar a teoria da participação enquanto ação coletiva, de Olson. "Downs trata de explicar de forma apropriada o ato de votar, argumentando em favor

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

do valor descontado do benefício coletivo adicional (neste caso, a perspectiva de impedir o colapso do sistema)”, mas Olson considera o benefício coletivo adicional “um fator explicativo inapropriado para dar conta da incorporação a sindicatos e grupos de pressão, e insiste nos ‘incentivos seletivos’” (BARRY, 1970: 40). Olson argumenta que os incentivos seletivos podem ser econômicos, sociais, psicológicos, morais etc. Em sua perspectiva, apenas uma parte da sociedade estaria apta para o que ele denomina ação coletiva. Fatores como pobreza e analfabetismo, por exemplo, impossibilitariam-na. Olson afirma, ainda, que a defesa da democracia se estabelece a partir de grupos de pressão. Ele esclarece que nem todos os interesses compartilhados existentes numa sociedade conseguem se constituir enquanto tais.

O elemento fundamental a ser enfatizado das teorias de Downs, Riker e Olson (considerando as suas diferenças) é que “nenhum deles considera a viabilidade das instituições democráticas como ponto chave em torno do qual se centrem e organizem todas as suas análises” (BARRY, 1970: 59). Ressalte-se que, neste século, diversas perspectivas teóricas deram destaque ao papel das instituições democráticas e suas condições de estabilidade. Dentre elas podem ser mencionadas aquelas formuladas por Almond e Verba (1963), Eckstein (1966), Lipset (1967), Berelson, Lazarsfeld e MacPhee (1954), Dahl (1963 e 1989) e Sartori (1965). Dada a impossibilidade de uma análise exaustiva sobre todos esses autores, serão aqui destacados apenas os elementos considerados definidores da teoria democrática contemporânea, ou seja, aqueles traços ligados à preocupação “de não colocar em perigo os sistemas democráticos vigentes ao criar expectativas irreais e potencialmente desintegradoras” (PATEMAN, 1992: 22).

Uma parte significativa das análises sociológicas da democracia neste século, a partir da década de 50, busca relacionar a troca de motivações, as coações normativas e as atitudes políticas. Almond e Verba são exemplos desta preocupação em demonstrar que a cultura cívica e a combinação de atitudes políticas sustentam o governo democrático. Em *The civic culture*, Almond⁹ e Verba

⁹ Um melhor entendimento da posição de Almond pode ser obtido em ALMOND e POWELL, 1972.



(1963) procuram enfatizar o papel das atitudes políticas dos indivíduos para as instituições que sustentam a democracia. A estabilidade democrática estaria, para eles, ligada a uma cultura cívica também democrática. O grau de cultura cívica em uma sociedade é que definiria o seu grau de democracia. O desenvolvimento de uma cultura cívica estaria, assim, conectado às suas possibilidades de participação na família, escola, trabalho etc. Ou seja, quanto mais autoritária for a relação numa família, por exemplo, maiores serão as dificuldades de seus membros para desenvolver um senso democrático.

“Almond e Verba descobriram que as oportunidades (rememoradas) de participar na família e na escola relacionavam-se com uma pontuação bem alta na escala da competência política nos cinco países [pesquisados¹⁰], sendo de particular importância o impacto das oportunidades no nível da educação superior” (PATEMAN, 1992: 70). Na medida em que tanto na escola como na família e no trabalho os indivíduos de melhor condição socioeconômica têm maiores possibilidades de desenvolver um senso de eficácia política mais elevado que os membros das classes trabalhadoras, seriam os primeiros, então, os responsáveis pela manutenção e ampliação da cultura cívica e, portanto, da democracia. Para Almond e Verba, a participação tem um efeito cumulativo que favorece sempre os indivíduos mais bem colocados na escala social. A cultura política que advém dessa participação e que garante a estabilidade democrática está, assim, concentrada nas mãos desses grupos sociais.

Eckstein (1966), também preocupado com as condições de estabilidade da democracia, e polemizando com autores como Almond e Verba, enfatiza a necessidade de “definir de forma explícita a democracia ou, em seu caso, a democracia estável” (BARRY, 1970: 65). Mas, segundo Barry, Eckstein não logrou cumprir tal objetivo, pois em sua formulação a democracia estável torna-se uma subclasse da democracia. A preservação das instituições democráticas seria, sem dúvida, a base da teoria da estabilidade democrática em Eckstein, a qual se constituiria a partir de

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

¹⁰ Os países pesquisados foram Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México.



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

elementos como durabilidade, legitimidade e eficiência. O voto ganha, como nos demais teóricos do elitismo democrático, uma dimensão fundamental que expressaria a forma de ação política dos diversos membros de uma sociedade.

A importância da preservação das instituições políticas democráticas estaria, para Eckstein, no fato de que as demais instituições da sociedade tendem a imitá-las. É o que ele denomina de padrão de autoridade congruente. Não fica claro, porém, especialmente em sua obra sobre a Noruega (considerada uma democracia estável), como isto ocorreria. “A definição de ‘democracia’ utilizada por Eckstein é a do já conhecido sistema político onde as eleições decidem o resultado da competição por políticas e poder, mas, para esse sistema ser estável, a forma de governo deve assumir determinado tipo. A ‘estabilidade’ do sistema não se refere tanto à longevidade — que poderia acontecer por ‘acidente’ —, mas à sobrevivência, em função de uma capacidade de ajuste à mudança, da realização de aspirações políticas e de felicidades [...]” (PATEMAN, 1992: 22).

O traço definidor da teoria da democracia estável em Eckstein é o seu caráter circunscrito, a preocupação em traçar limites para a democracia: “Determinadas estruturas de autoridade simplesmente não podem ser democratizadas, como, por exemplo, aquelas nas quais ocorre a socialização dos jovens (família, escola)” (PATEMAN, 1992: 23). Instituições como estas poderiam, no máximo, fingir que são democráticas.

A combinação de elementos democráticos e autoritários, para Eckstein, é muito saudável, na medida em que nem todas as estruturas de autoridade, tanto na sociedade quanto no governo, poderiam ser democratizadas. Em toda sociedade há necessidades políticas e psicológicas quanto às tomadas de decisões e de lideranças, e estas, segundo ele, não ocorrem despidas de traços autoritários. Os arranjos institucionais e a preocupação em afastar a possibilidade de participação política da maioria são alguns dos traços básicos da teoria de Eckstein. O caráter limitado da democracia e a combinação desta com elementos do autoritarismo evidenciam a



sua filiação à perspectiva elitista que define a participação da maioria em termos de escolha daqueles que tomam as decisões.

A análise de Berelson (1954) sobre teoria e prática democrática, também filiada à perspectiva elitista, deixa evidente a sua preocupação com a atitude do denominado “cidadão médio” no processo de funcionamento e estabilidade da democracia. O comportamento do cidadão médio, em termos de prática política numa democracia, é, para Berelson, incongruente com as exigências da mesma. O ato de votar não é, por si só, revelador de interesse em participar da política. No entanto, mesmo em face das deficiências da prática democrática, verifica-se no Ocidente, assinala o autor, possibilidade de garantir a manutenção da democracia. “Os eleitores isolados, hoje em dia, parecem incapazes de satisfazer as exigências de um sistema de governo democrático tal qual delineado pelos teóricos políticos. Mas um sistema de democracia deve ir ao encontro de certas exigências para que exista uma organização política. Os membros, tomados individualmente, podem não satisfazer a todos os padrões, mas assim mesmo o todo sobrevive e cresce” (BERELSON, 1954: 312).

A deficiência da prática democrática não é considerada prejudicial por Berelson porque, na sua teoria, a apatia tem um papel construtivo no sistema democrático. Parece ter mais peso para o funcionamento da democracia, para ele, a capacidade deste sistema de controlar os conflitos, no sentido de evitar mudanças abruptas, bem como de garantir estabilidade econômica e social. “Em suma, a participação limitada e a apatia têm uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças. (...) Segundo este ponto de vista, pode-se perceber que os altos níveis de participação e interesse são exigidos apenas de uma minoria de cidadãos e que, além disso, a apatia e o desinteresse da maioria cumprem um importante papel na manutenção da estabilidade do sistema tomado como um todo” (PATEMAN, 1992: 16-17).

Lipset e Sartori fazem parte deste debate sobre a apatia e confirmam que esta atitude da maioria não pode ser atribuída a

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

problemas do sistema democrático. Em *Teoria democrática*, Sartori (1965) procura mostrar que a “apatia política do cidadão comum” não pode ser explicada em termos de ausência de prática, baixo padrão de vida, informação tendenciosa e/ou falta de instrução escolar. Ele argumenta que “o incremento do padrão cultural e do nível de vida não modificou os membros inertes da sociedade, tornando-os ativos. A maioria permanece passiva, não porque não sabia ler, (...) não porque não possa instruir-se na política, mas por não estar interessada nela. Isto não constitui uma falha de ninguém em particular, e já é tempo de pararmos de procurar bodes expiatórios” (SARTORI, 1965: 104).

Sartori acredita que não se pode pensar a apatia como algo em contradição com os princípios democráticos. Para ele, a democracia é o sistema político que repousa no “*demos* ativo”, sendo que este último é apenas uma parte menor. “A democracia é o poder de minorias democráticas ativas (...) e elas devem competir de acordo com as regras de um sistema multipartidário. (...) O poder reside naqueles que se beneficiam dele” (SARTORI, 1965: 106).

Lipset afirma que os indivíduos que participam da política têm um potencial superior para a democracia. A falta de participação, entretanto, não indica enfraquecimento da mesma. É possível, argumenta ele, que a apatia seja atualmente, nas democracias ocidentais, um reflexo da estabilidade do sistema, uma resposta ao declínio de grandes conflitos sociais e um incremento nas pressões cruzadas, particularmente as que afetam a classe trabalhadora (LIPSET, 1967). Os valores culturais seriam fundamentais para compreender as causas diferentes de apatia e/ou participação. Desta forma, não é possível, para ele, afirmar que os interesses econômicos sejam os únicos responsáveis pela motivação em participar do processo eleitoral, por exemplo.

Não é possível, no âmbito deste artigo, dar conta da ampla discussão de Lipset sobre as razões que levam os indivíduos a participar ou não da política, ou seja, sobre as condições que levam à produção de apatias maiores ou menores nos diversos grupos sociais. A título de ilustração, é esclarecedora sua análise sobre o



que ele denomina classes baixas, as quais, para ele, se restringem sempre a questões triviais, o que leva à produção da apatia. No entanto, a apatia das classes baixas não se deve a este único fator, pois há apatias em graus diferentes, maiores ou menores em todos os níveis sociais, afirma Lipset. “A preocupação com as raízes sociais da participação política não nos deve levar a ignorarmos as conseqüências de diferentes níveis de participação para a estabilidade do sistema democrático. (...) As sociedades democráticas podem existir com diferentes níveis de participação, embora seja evidente que deles decorrem conseqüências diversas” (LIPSET, 1967: 225-227).

Lipset situa a questão da participação num patamar bastante específico, em que “os índices altos ou baixos de participação e votação não são, em si mesmos, nem bons nem maus para a democracia; a extensão e natureza da participação refletem outros fatores que determinam de um modo bastante decisivo a possibilidade do sistema desenvolver-se ou sobreviver” (LIPSET, 1967: 230).

A partir desses elementos, torna-se necessário deixar claro o que Lipset entende por democracia. Para ele, é falso imaginar que a democracia é um meio de alcançar a realização de uma boa sociedade: “a democracia é a própria boa sociedade em funcionamento”. Inspirado, principalmente, em Schumpeter, Lipset define a democracia da seguinte forma: “A democracia, numa sociedade complexa, pode-se definir como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte — a maior possível — da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contendores para cargos políticos” (LIPSET, 1967: 46).

Lipset define a democracia a partir de um elemento central de sua análise: o sistema político caracterizado como um sistema de valores. Assim, a democracia, enquanto sistema político, é um sistema de valores que permite o “pacífico jogo do poder”. Este pensador pode ser tomado como um dos melhores exemplos de recorrência a valores culturais para pensar a democracia contempo-

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

rânea (BARRY, 1970: 76ss.). Partindo de Parsons, ele faz uma análise dos fatores que promovem a crença nas instituições democráticas a partir de uma relação entre valores e instituições.

A concepção de democracia de Parsons (1966 e 1967), como meio de amainar os conflitos violentos sem recorrer à coação do Estado, influenciou diversos teóricos da democracia contemporânea. Verifica-se uma combinação da análise pautada na organização institucional de Schumpeter e das “variáveis utilizadas por Parsons: dos valores contrastantes de adscrição e desempenho” (BARRY, 1970: 80ss.).

O problema do baixo nível de participação levou alguns teóricos, dos quais Dahl é o exemplo mais significativo, a buscar saídas para o dilema da apatia como aspecto que não desabona a forma democrática; o que desafiava diversos cientistas sociais era, então, a possibilidade de a sociedade moderna e democrática refletir o seu caráter pluralista e diverso. Dahl lidou ferrenhamente com essa questão. Sua reflexão sobre a democracia atribui um papel central aos grupos de interesses e de pressão.

Árduo defensor do pluralismo democrático¹¹, Dahl argumenta que os grupos ativos e legítimos da sociedade possuem mecanismos para exigir que sejam ouvidos em todos os momentos do processo decisório. Trata-se do que ele denomina expansão dos grupos de pressão e de interesses, em face das condições mais ou menos iguais de competição entre eles.

A democracia tomada como poliarquia e definida como o governo das múltiplas minorias¹² é um dos elementos mais importantes na teoria de Dahl. Os arranjos institucionais baseados no processo eleitoral possuem, também, papel central nas suas análises da democracia como método político, o que evidencia a proximidade de sua análise com a de Schumpeter. A partir da teoria da poliarquia, Dahl discute a igualdade política, que pode ser resumida em igualdade de oportunidades entre os grupos de pressão e interesses para influenciar os que tomam decisões por meio do processo eleitoral (PATEMAN, 1992: 19ss.). Ele afirma que a teoria da poliarquia parte da convicção de que é possível elaborar uma teoria

¹¹ Robert P. Wolff (1990) faz uma crítica ao pluralismo democrático.

¹² Sartori (1965) ressalta que quem governa são as elites em competição e não apenas as minorias.



satisfatória sobre a igualdade política (DAHL, 1989). A democracia poliárquica exige um alto nível de acordo sobre as metas políticas. Desta forma, o consenso sobre as normas é fundamental e só pode ser obtido mediante treinamento social.

Dahl investiga a possibilidade de chegar a decisões compatíveis com a igualdade política e, ao mesmo tempo, defender os direitos das minorias. Segundo ele, o governo deve ser planejado para impedir que uma maioria relativamente apática imponha sua política a uma minoria de convicções relativamente intensas (DAHL, 1989: 93). Os valores do processo democrático não estão, para Dahl, na soberania da maioria, mas na probabilidade de que um grupo ativo e legítimo possa efetivamente se fazer ouvir. Nem indivíduos nem grupos são politicamente iguais. Portanto, as decisões de um governo democrático não são expressões de exigências das maiorias, mas, sempre, o apaziguamento de pequenos grupos (DAHL, 1989: 141ss.).

Dahl (1990) faz uma análise significativa das possibilidades de fortalecer a igualdade política e a democracia mediante a redução de desigualdades que não são, para ele, somente econômicas. Retomando a problemática da democracia estável, afirma que esta é, em primeiro lugar, um compromisso com a proteção dos direitos políticos, o que deve se constituir num traço da cultura política de um país.

Torna-se mais claro o pensamento de Dahl sobre a democracia a partir de sua discussão sobre recursos políticos e desigualdade política. Para ele, se os cidadãos são altamente desiguais em recursos políticos (renda, riqueza ou *status*), são politicamente desiguais. Os critérios definidores do processo democrático são, deste modo, violados (DAHL, 1989: 54).

Dahl indaga qual ordem econômica promoveria, da melhor forma possível, os valores da democracia, igualdade política e liberdade. Para ele, sendo a igualdade política um tipo de justiça na distribuição da autoridade, ela se torna contraditória se a ordem econômica é profundamente injusta.

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

As pressuposições em torno da democracia participativa a partir do local de trabalho, por exemplo, suscitam em Dahl uma série de indagações acerca da possibilidade de que os indivíduos se tornem democráticos, ativos, preocupados com o social e dotados de espírito público. Ele argumenta, no entanto, que um sistema de empresas autogeridas, mesmo que não elimine os interesses diversos e conflituosos, pode desenvolver nos indivíduos maior interesse na manutenção da igualdade política e das instituições democráticas, o que levaria sem nenhuma dúvida ao fortalecimento da democracia (DAHL, 1989: 91).

Portanto, a democracia não se justifica apenas no âmbito do governo de Estado, mas também no das empresas. Dahl não propõe a abolição da propriedade nem o estabelecimento da propriedade estatal, mas um tipo de propriedade “pela sociedade” (DAHL, 1989: 115) que objetiva distribuição de justiça e oportunidade para todos os cidadãos, o que possibilitaria o fortalecimento do alicerce social e econômico para o aperfeiçoamento da ordem democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O não-rompimento com a perspectiva elitista não impossibilitou que Dahl buscasse ampliar os pilares da democracia representativa. Na medida em que para ele a democracia não se justifica apenas no nível do governo de Estado, mas também no das empresas, ele acaba, mesmo que de modo bastante específico, estabelecendo um diálogo com algumas perspectivas que se situam tanto dentro quanto fora do amplo leque da teoria elitista.

Nas indagações a respeito da ampliação das bases da democracia está a problemática da participação. Os teóricos da perspectiva elitista que tentaram esta expansão lidaram com esta questão de maneira singularizada pelos próprios fundamentos da concepção à qual se filiaram. Destaque-se que durante este século desenvolveu-se, também, um corpo teórico que não faz parte do



amplo leque do elitismo democrático e que objetiva, fundamentalmente, situar a questão da democracia no âmbito da participação.

Há inúmeras indagações sobre a possibilidade de participação em estruturas não-governamentais como forma de treinamento para a democracia, bem como para internalizar, desenvolver e alimentar os valores democráticos. “Ambas as teorias da democracia, a contemporânea e a participativa, incluem o argumento de que os indivíduos deveriam receber alguma espécie de ‘treinamento’ em democracia, não limitado ao processo político nacional” (PATEMAN, 1992: 65)¹³.

No século XX, dentre os que negavam a indissociabilidade entre capitalismo e democracia, Cole é considerado um dos mais importantes teóricos da democracia participativa. Sua discussão centra-se na necessidade de pensar a democracia além dos arranjos institucionais. Sua perspectiva parte da indústria como o *locus* onde pode ocorrer o processo de constituição de uma forma de organização democrática que só é verdadeira se tiver uma função e um propósito (COLE, 1913, 1919 e 1920). A participação no local de trabalho, por exemplo, seria fundamental para que os indivíduos aprendessem a democracia. A participação seria um estágio para um governo democrático de fato. Os indivíduos e as instituições deveriam ser pensados como integrados no mesmo processo de criação de uma sociedade democrática, o que seria o fundamento para a existência de um governo democrático.

A análise de Cole sobre a democracia centra-se na necessária relação entre igualdade política e igualdade econômica: “Segundo Cole, a ‘democracia abstrata das urnas’ não envolvia uma igualdade política real; a igualdade de cidadania implícita no sufrágio universal era apenas formal e obscurecia o fato de que o poder político era dividido com muita desigualdade” (PATEMAN, 1992: 56).

Surgiram diversas discussões sobre a democracia participativa em diversas perspectivas teóricas. A maioria delas partia de uma concepção crítica em relação àquelas posições que tateavam no

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

¹³ Esta autora divide a teoria da democracia no século XX em dois grandes grupos: a elitista e a participativa.



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

campo da democracia, com muito medo do que poderia significar a participação da maioria no contexto político das sociedades modernas.

Uma parte significativa da teoria da participação tem como ponto de partida o local de trabalho, o qual é apresentado como forma de desenvolver um espírito democrático a partir das relações no cotidiano da fábrica. Os efeitos são pensados em termos políticos, culturais e psicológicos. Nesta perspectiva encontram-se pensadores de diferentes orientações teóricas, ou seja, que se situam tanto dentro do leque elitista quanto fora dele, como Almond (1972), Verba (1961), Blauner (1964), Blumberg (1968) etc. Segundo Pateman, os vários trabalhos experimentais sobre a questão da participação no local de trabalho confirmam a argumentação da teoria da democracia participativa “sobre a importância da interação entre as orientações psicológicas dos indivíduos e a estrutura de suas instituições” (PATEMAN, 1992: 82).

É indispensável, no entanto, fazer uma distinção entre as propostas de participação no local de trabalho que não tocam no problema da manutenção quase que intacta da estrutura de autoridade da fábrica¹⁴ e as que têm aquela como fundamento para pensar a esfera industrial como base para a construção de uma sociedade democrática. Cole e Pateman podem ser tomados como exemplo desta segunda concepção. Eles partem do pressuposto de que a cooperação e a integração são fatores fundantes da democracia na sociedade moderna, uma vez que para que esta ocorra é necessária uma verdadeira transformação na forma de comportamento dos indivíduos. A construção da personalidade democrática seria, então, o embasamento da democracia.

“Uma estrutura de participação a longo prazo torna-se mais eficiente devido à compatibilidade que acaba por ocorrer entre a personalidade e a estrutura. Em outras palavras, a organização permite a participação, em última análise, produz indivíduos responsáveis por essa participação” (BLUMBERG, 1968: 109). Como não é possível no âmbito deste artigo fazer uma análise detalhada sobre a relação participação e democracia industrial¹⁵, levantam-se alguns

¹⁴ Sobre a possibilidade de democratizar a administração das empresas por meio da participação, ver: LIKERT, 1961.



aspectos desta importante discussão visando apontar para um corpo de teoria que se debate intermitentemente com essa problemática.

MacPherson, numa análise diferente daquelas que dão maior ênfase ao local de trabalho para pensar a democracia participativa, desenvolveu uma importante discussão sobre a sua possibilidade enquanto sistema de governo. O modelo de democracia participativa discutido por MacPherson pauta-se por um sistema representativo (não democracia direta) e pela defesa de formas que levem à maior participação política dos indivíduos. Existem, porém, alguns requisitos para se chegar a esta democracia, observa MacPherson: “um deles é a mudança da consciência do povo (ou a sua inconsciência), do ver-se e agir como essencialmente consumidor, ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade. (...) O outro pré-requisito é uma grande diminuição da atual desigualdade social e econômica, visto que a desigualdade (...) exige um sistema partidário não-participativo para manter coesa a sociedade” (MACPHERSON, 1978: 115).

MacPherson avança a possibilidade de que um governo liberal-democrático se torne mais participativo a partir da reversão da iniquidade social. O aumento da participação traria mudanças significativas na sociedade e na consciência das pessoas (MACPHERSON, 1978: 101). Isto não seria a negação da democracia liberal, afirma ele, mas a sua melhor expressão. O grande problema não é, afirma ele, como conduzir uma democracia participativa, mas sim como chegar a ela a partir das condições dos países capitalistas desenvolvidos. Se a participação democrática exige o rompimento da iniquidade social, parece evidente, observa ele, que não se pode vencer esta última sem aumentar aquela primeira. Estariam aí, então, as maiores dificuldades para romper com este círculo vicioso. “Temos, portanto, três pontos fracos no círculo vicioso: a consciência cada vez maior do ônus do crescimento econômico; as dúvidas crescentes quanto à capacidade do capitalismo financeiro de satisfazer as expectativas do consumidor enquanto reproduzindo a desigualdade; a crescente consciência dos custos

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

¹⁵ Não é possível elaborar uma discussão, no âmbito desse artigo, sobre a enorme polêmica em torno do conceito de participação. *Grosso modo*, pode-se dizer que na teoria da democracia participativa a definição de participação encontra-se centrada no processo de tomada de decisões. Há, no entanto, outras posturas, por exemplo, as que definem participação a partir de todo e qualquer processo de integração. Verba (1961: 220-221) faz uma discussão sobre participação (no processo de tomada de decisões) e pseudoparticipação (sentimento, mas não participação de fato).



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

da apatia política. E se pode dizer que cada um desses pontos vulneráveis está contribuindo, dos modos como vimos, para possivelmente atingir as condições indispensáveis para a democracia de participação: juntos, eles conduzem a um declínio da consciência de consumidor, a uma diminuição da desigualdade de classes, e ao aumento na participação política atual. As perspectivas para uma sociedade democrática não são, portanto, inteiramente infundadas” (MACPHERSON, 1978: 109). ■

REZENDE, Maria José de. The equality between democracy and capitalism. **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, 5: 21-51, 1.sem. 1998.

Abstract: In the 20th century, the process of invention and reinvention of politics produced a wide discussion about democracy. This debate was divided into countless explanatory unfoldings in the contemporary theory. This article will deal with some of the aspects of the reflection about the issue of equalization between capitalism and democracy, bearing in mind that it guided a significant part of the reflections about the democratic duty.

Uniterms: Democracy, capitalism, political institutions, elitism, representation, participation, pluralism.



BIBLIOGRAFIA

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

- ADLER, M. *Democrazia politica e democrazia sociale*. Roma, Reuniti, 1945.
- _____. *Democrazia e consigli operai*. Roma, Reuniti, 1970.
- ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, Princeton University Press, 1963.
- ALMOND, G. e POWELL, G. B. *Política comparada*. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- ARBLASTER, A. *A democracia*. Lisboa: Estampa, 1988.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo/Brasília, Martins Fontes/UNB, 1988.
- BARRY, B. *Los sociólogos, los economistas y la democracia*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970.
- BERELSON, B. R. Democratic theory and practice. In: BERELSON, B. R., LAZARFELD, P. F. e MACPHEE, W. N. *Voting*. Chicago, University of Chicago Press, 1954.
- BERELSON, B. R., LAZARFELD, P. F. e MACPHEE, W. N. *Voting*. Chicago, University of Chicago Press, 1954.
- BERNSTEIN, E. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- BLAUNER, R. *Freedom and alienation*. Chicago, University of Chicago Press, 1964.
- BLUMBERG, P. *Industrial democracy: the sociology of participação*. Londres, Constable, 1968.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Vol. 1. Brasília, UNB/Linha Gráfica, 1991.
- BOFFA, M. et al. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- BOURDET, Y. *Otto Bauer et la révolution*. Paris, Flammarion, 1973.
- COLE, G. D. H. *The world of labour*. Londres, G. Bell & Sons, 1913.
- _____. *Self-government in industry*. Londres, G. Bell & Sons, 1919.



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

- _____. *Guild socialism restated*. Londres, Leonard Parsons, 1920.
- _____. *História del pensamiento socialista*. Vol. 3. México, Fondo de Cultura Económica, 1959.
- DAHL, R. *Modern political analysis*. Nova Jersey, Prentice Hall, 1963.
- _____. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
- _____. *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- DOWNS, A. *An economy theory of democracy*. New York, Harper & Brothers, 1957.
- DUVERGER, M. *As modernas tecnodemocracias*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- ECKSTEIN, H. *Division and cohesion in democracy: A study of Norway*. Princeton, Princeton University Press, 1966.
- GELTZLER, I. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução russa. In: HOBSBAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. Vol. 5. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, A. *Selections from prison notebooks*. New York, International Publishers, 1971.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
- HABERMAS, J. A nova intransparência. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, nº 18, set. 1987.
- HOBSBAWM, E. J. *Sociological theory and modern society*. New York, The Free Press, 1967.
- _____. *Speciale Gramsci*. *Rinascita*. Roma, nº 50/51, dez. 1977.
- INGRAO, P. Crisi e rinnovamento dello stato. *Rinascita*. Roma, nº 50/51, dez. 1977.
- _____. *Massa e potere*. Roma, Riuniti, 1977.
- KAUTSKY, K. *Terrorismo y comunismo*. Madrid, Jucar, 1977.
- _____. *A ditadura do proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.



LASSWELL, H. D. e LERNER, D. (eds). *World revolutionary elites: Studies in coercive ideological movements*. Cambridge, The M.I.T. Press, 1965.

LÊNIN, V. I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

LIKERT, R. *New patterns of management*. New York, McGraw Hill, 1961.

LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

LUXEMBURGO, R. *Reforma o revolución*. México, Grijalbo, 1967.

_____. Discurso sobre o programa. *Escritos políticos II*. Vol. 2. México, Era, 1978.

_____. La revolución russa. In: *Obras escogidas*. Vol. 1. México, Era, 1978.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.

MARRAMAO, G. Política e complexidade. O Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico. In: HOBBSAWM, E. J. (org.). *História do Marxismo*. V. 12. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 131-220.

MICHELS, R. *La sociologia del partido político nella democrazia moderna*. Milão, Corbaccio, 1912.

MILLS, W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MOSCA, G. *The ruling class (Elementi di scienza politica)*. New York, McGraw-Hill, 1939.

OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. de. "O surgimento do antivalor". *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n° 22, out. 1988.

OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Harvard, Harvard University Press, 1965.

PARETO, V. *Transformazione della democrazia*. Milão, Corbaccio, 1920.

_____. *Manual de economia política*. Vols. I e II. São Paulo, Nova Cultural, 1988 (col. Os economistas).

A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende



A equalização entre democracia e capitalismo

Maria José de Rezende

- PARSONS, T. *Societies: evolutionary and comparative perspectives*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1966.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- RADICE, G. *Socialismo democrático*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- RADICE, L. L. *Um socialismo a inventar*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- RIKER, W. H. *The theory of political coalitions*. New Haven, Conn, Yale University Press, 1962.
- RIKER, W. H. e ORDESHOOK, P. C. "A theory of the calculus of voting". *American Political Science Review*, nº 62: 25-42, 1968.
- SARTORI, G. *Teoria democrática*. Lisboa, Fundo de Cultura, 1965.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- TELO, M. Teoria e política da planificação no socialismo europeu entre Hilferding e Keynes. In: HOBBSBAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. V. 8. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 135-197.
- TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, 1980.
- TROTSKY, L. *Terrorismo y comunismo*. Madri, Jucar, 1977.
- VERBA, S. *Small groups and political behaviour*. Princeton, Princeton University Press, 1961.
- WANDENBERG, M. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSBAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- WOLFF, R. P. *A miséria do liberalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- ZANGHERI, R. Entre a crise do capitalismo e o novo socialismo no Ocidente. In: HOBBSBAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. Vol. 12. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.